



PROVA OBJETIVA DE CARÁTER ELIMINATÓRIO

REGRAS E ORIENTAÇÃO

1. Apresente seu documento com foto para acessar a sala de aplicação da prova;
2. Confirme se o seu ENVELOPE DE PROVA está lacrado e identificado com seu nome e seu número de documento de identificação Registro Geral;
3. Só abra o ENVELOPE DE PROVA (envelope na cor azul) quando o aplicador/fiscal de prova autorizar;
4. Ao abrir o envelope, confirme se o seu CADERNO DE PROVA (folhas na cor branca) e CARTÃO RESPOSTA (folha na cor verde) estão identificados com SEU nome e número de SEU documento de identidade Registro Geral;
5. Verifique a presença em seu envelope de prova do FORMULÁRIO DE REQUERIMENTO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO (folha cor rosa)
6. Confirme a presença de uma CANETA ESFEROGRÁFICA NA COR AZUL dentro de seu ENVELOPE DE PROVA, só será permitida a utilização desta caneta na aplicação da prova e preenchimento do CARTÃO REPOSTA;
7. Confirme se seu CADERNO DE PROVA contém 25 questões objetivas numeradas de 1 a 25 com cinco (05) alternativas possíveis de resposta;
8. Caso exista alguma divergência de identificação ou ausência de algum dos itens mencionados acima, solicite ao aplicador a substituição de seu ENVELOPE DE PROVA POR UM (01) NOVO ENVELOPE DE PROVA LACRADO E SEM IDENTIFICAÇÃO. Neste caso, o inscrito deverá preencher seus dados pessoais no cabeçalho com caneta fornecida e assinar a ATA DE OCORRÊNCIA confirmando a troca dos envelopes de prova;
9. Caso o inscrito não se manifeste antes do início da aplicação da prova, futuros questionamentos quanto a identificação, número de questões, ausência de informações ou materiais não serão aceitas;
10. Antes de iniciar a leitura da prova, assine o CARTÃO RESPOSTA e transcreva a FRASE DE SEGURANÇA que estará LOCALIZADA NO FINAL DA PROVA, acima do formulário RASCUNHO DAS RESPOSTA;
11. Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha apenas UMA (01) resposta certa dentre as 05 cinco alternativas. Lembre-se que para cada questão existe SOMENTE UMA (01) RESPOSTA CORRETA;



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

12. Cada resposta escolhida deverá ser marcada no CARTÃO DE RESPOSTA ao lado do número da questão respondida. LEMBRANDO QUE CADA QUESTÃO SÓ PODERÁ TER MARCAÇÃO DE UMA (01) RESPOSTA NO CARTÃO DE RESPOSTA, MAIS DE UMA LETRA ASSINALADA IMPLICARÁ NA ANULAÇÃO DA QUESTÃO CORRESPONDENTE;
13. PRESTE ATENÇÃO para marcar as mesmas respostas escolhidas no CARTÃO RESPOSTA (o CARTÃO RESPOSTA será entregue ao aplicador junto com o CADERNO DE PROVA) e no formulário RASCUNHO DAS RESPOSTAS (presente na última folha do caderno de prova) será destacado e levada pelo inscrito ao final da prova;
14. Verificar no caderno de prova qual a letra (A, B, C, D, E) da resposta que você escolheu e anotar no rascunho das respostas, confirme se a resposta assinalada é a escolhida e somente depois da confirmação marcar essa letra no CARTÃO RESPOSTA, no espaço em formato de quadrado que aparece ABAIXO de cada letra;
15. Durante a aplicação da prova NÃO SERÁ PERMITIDO USO DE NENHUM TIPO DE APARELHO ELETRÔNICO DE COMUNICAÇÃO A DISTÂNCIA, EQUIPAMENTOS QUE EMITAM SONS OU QUALQUER ESPÉCIE DE CONSULTA. Por este motivo, serão distribuídos sacos plásticos na cor preta com a identificação de seu nome em etiqueta, para armazenamento dos objetos sonoros como celulares, relógios, fones de ouvido entre outros (todos deverão estar desligados) com a identificação do nome do proprietário e entregues ao aplicador de prova que os devolverá ao candidato ao término da prova. O descumprimento desta regra IMPLICARÁ NA DESCLASSIFICAÇÃO IMEDIATA DO INSCRITO.
16. NÃO SERÃO ACEITAS RASURAS OU CORREÇÕES NO CARTÃO RESPOSTA. O descumprimento desta regra IMPLICARÁ NA ANULAÇÃO DA QUESTÃO CORRIGIDA OU RASURADO;
17. A partir do término das instruções fornecidas pelo APLICADOR/FISCAL de prova, O INSCRITO terá 3 horas para responder a todas as questões, preencher o rascunho de Respostas e por fim preencher o CARTÃO RESPOSTA;
18. Ao finalizar a prova, o inscrito deverá devolver o CADERNO DE PROVA e o CARTÃO RESPOSTA ao aplicador da mesma, o RASCUNHO DE RESPOSTAS deverá permanecer com o inscrito ao ser autorizado a se retirar da sala de aplicação da prova;
19. Só será permitida a saída dos participantes inscritos que finalizaram a prova a partir das 15h00min, sendo que os três (03) últimos inscritos presentes na sala de prova deverão permanecer na sala até que todos três inscritos finalizem/completem a prova. Estes deverão presenciar e assinar o lacre do fechamento do envelope contendo todas as provas e os cartões resposta, juntamente com o aplicador e fiscal de prova;
20. Ao sair da sala de aplicação de prova, os inscritos participantes deverão se afastar do prédio onde se realizará a aplicação da prova. Caso ocorra a INTERFERÊNCIA/PERTURBAÇÃO DA ORDEM por meio de barulhos, conversas e ou outras formas de perturbação que prejudiquem o andamento da aplicação da prova, o aplicador/fiscal de prova anotará o nome do participante que causou a perturbação voluntariamente na ATA DE OCORRÊNCIAS. A sanção disciplinar para esta ocorrência será a DESCLASSIFICADO IMEDIATAMENTE do participante.

DESEJAMOS BOA PROVA!!!



CADERNO DE PROVA DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

DATA DA REALIZAÇÃO DA PROVA: 16/07/2023 – HORÁRIO: 14h às 17h

1º CONTEÚDO: LEI FEDERAL Nº 8.069/1990 – ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

QUESTÃO 1

Complete o texto “Das Disposições Preliminares” da LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, diz no:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, _____.

Parágrafo único - Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.”

A – ... a pessoa até 10 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 10 e 18 anos de idade.

B – ... a pessoa até 11 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 11 e 18 anos de idade.

C – ... a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 24 anos de idade.

D – ... a pessoa até 13 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 13 e 18 anos de idade.

E - ... a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

QUESTÃO 2

Complete o texto “Das Disposições Preliminares” da LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, diz no:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Parágrafo único - Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se...



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

A – ... exclusivamente a crianças e adolescentes com deficiência intelectual, sem discriminação do local de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

B – ... exclusivamente a crianças e adolescentes em vulnerabilidade, sem discriminação do local de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

C – ... somente a crianças e adolescentes indígenas, sem discriminação do local de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

D – ... a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

E - ... somente a algumas crianças e adolescentes, dependendo do local de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

QUESTÃO 3

Identifique qual sentença corresponde a garantia de prioridade no texto “Das Disposições Preliminares” da LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, diz no:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

Parágrafo único - A garantia de prioridade compreende:

A - primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

B - precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

C - preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

D - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

E – Todas as sentenças acima fazem parte da garantia de prioridade e estão corretas.

QUESTÃO 4

Com base no ECA, quais são os aspectos abaixo que compreendem o direito à liberdade? Segundo texto “Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade” da LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, em seu Art. 15. “A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.” E no “Art. 16 estabelece que o direito à liberdade compreende a determinados aspectos:”

A - I - brincar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – dar opinião somente quando for solicitado; III – seguir a crença e culto religioso dos pais; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V – não participar da vida familiar e comunitária; VI – não participar da vida política; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

B - I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II - opinião e expressão; III - crença e culto religioso; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação; VI - participar da vida política, na forma da lei; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

C - I – não brincar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – não dar opinião somente nem quando for solicitado; III – não seguir a crença e culto religioso dos pais; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V – não participar da vida familiar e comunitária; VI – não participar da vida política; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

D - I – só brincar nos logradouros públicos e espaços comunitários; II – não dar opinião somente quando for solicitado; III – não seguir a crença e culto religioso dos pais; IV – só brincar, praticar esportes e passear; V – não participar da vida familiar e comunitária; VI – não participar da vida política; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

E - I – não brincar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; II – dar opinião somente quando for solicitado; III – seguir a crença e culto religioso dos pais; IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; V – não participar da vida familiar e comunitária; VI – não participar da vida política; VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

QUESTÃO 5

Complete a lacuna da frase abaixo segundo texto “Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária” Disposições Gerais da LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, descreve em seu Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, _____, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei.

A – ... a cada 4 (três) meses...

B – ... a cada 3 (três) meses...

C – ... a cada 6 (três) meses...

D - ... a cada 5 (três) meses...

E - ... a cada 12 (três) meses...



2º CONTEÚDO – RESOLUÇÃO CONANDA Nº 231/2022

QUESTÃO 6

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, publicou a RESOLUÇÃO Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 que altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar. O texto Art. 5º estabelece as diretrizes preferenciais que deverão ser observadas para o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar. Quais são estas diretrizes?

I - Processo de escolha mediante sufrágio universal e direto, pelo voto uninominal facultativo e secreto dos eleitores do respectivo município ou do Distrito Federal, realizado em data unificada em todo território nacional, a cada quatro anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, sendo estabelecido em lei municipal ou do Distrito Federal, sob a responsabilidade do Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que deve buscar o apoio da Justiça Eleitoral;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas;

III - fiscalização pelo Ministério Público; e

IV - a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.”

Escolha qual a afirmativa correta:

A – Somente a I está correta.

B – Somente a I e II estão corretas.

C – I, II, III e IV estão corretas.

D – Apenas a III está correta.

E – Apenas a I, II, III estão corretas.

QUESTÃO 7

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, publicou a RESOLUÇÃO Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 que altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar. Conforme a Resolução nº 231/2022 seu Art. 10, estabelece que “Caberá ao Conselho Municipal ou Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente: ...”



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

I - conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros para o Conselho Tutelar, mediante publicação de Edital de Convocação do pleito no diário oficial do Município, do Distrito Federal, ou meio equivalente, afixação em locais de amplo acesso ao público, chamadas na rádio, jornais, publicações em redes sociais e outros meios de divulgação;

II - convocar servidores públicos municipais ou distritais para auxiliar no processo de escolha, em analogia ao artigo 98 da Lei nº 9.504/1997 e definir os locais de votação.

Dentre as sentenças, escolha a resposta CORRETA:

A – I e II estão corretas.

B – Nenhuma das sentenças estão corretas

C – Somente a I está correta.

D – Somente a II está correta.

E – Não existe Art. 10 na RESOLUÇÃO CONANDA Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022

QUESTÃO 8

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, publicou a RESOLUÇÃO Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 que altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar. Conforme a Resolução nº 231/2022 em seu Art. 13. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes devidamente habilitados para cada Colegiado. Escolha quais os § 1º e § 2º apresentados abaixo correspondem com a VERDADE.

A – § 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente não poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas. § 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente não é responsável pela quantidade de inscrito no processo de escolha.

B – § 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso. § 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

C – § 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 20 (vinte), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso. § 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá não é responsável pelo processo de escolha.

D – § 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja 05 (cinco), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá não suspender o trâmite do processo de escolha. § 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente não é responsável pelo processo de escolha.

E – § 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 05 (cinco), o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá não suspender o trâmite do processo de escolha. § 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e do Adolescente não é responsável pelo processo de escolha.

QUESTÃO 9

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, publicou a RESOLUÇÃO Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 que altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar. Conforme a Resolução nº 231/2022, em seu “Art. 15. São impedidos de servir **no mesmo** Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.”

Escolha qual o exemplo abaixo seria permitido pela resolução acima citada, quanto ao parentesco entre conselheiros tutelares:

A – Apenas marido e esposa podem ser conselheiros tutelares no mesmo ano de mandato e no mesmo conselho na mesma cidade.

B – Pai e filha podem exercer função de conselheiro tutelar no mesmo ano de mandato desde que representem conselhos tutelares de cidades diferentes.



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

C – Pai e filha podem exercer função de conselheiro tutelar no mesmo ano de mandato e no mesmo conselho tutelar da mesma cidade.

D – Somente companheiros homoafetivos podem exercer mandato no mesmo conselho tutelar da mesma cidade e no mesmo ano de mandato.

E – Somente companheiras homoafetivas podem exercer mandato no mesmo conselho tutelar da mesma cidade e no mesmo ano de mandato.

QUESTÃO 10

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, publicou a RESOLUÇÃO Nº 231, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2022 que altera a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 para dispor sobre o processo de escolha em data unificada em todo o território nacional dos membros do Conselho Tutelar. Conforme a Resolução nº 231/2022, “DA AUTONOMIA DO CONSELHO TUTELAR E SUA ARTICULAÇÃO COM OS DEMAIS ÓRGÃOS NA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE”, estabelece em seu “Art. 27. As decisões colegiadas do Conselho Tutelar proferidas no âmbito de suas atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata.”

§ 1º Cabe ao destinatário da decisão, em caso de discordância, ou a qualquer interessado requerer ao Poder Judiciário sua revisão, na forma prevista pelo art. 137, da Lei nº 8.069, de 1990.

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão proferida pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pelo seu destinatário, sob pena da prática do crime previsto no art. 236 e da prática da infração administrativa prevista no art. 249, ambos da Lei nº 8.069, de 1990.

Portanto, é correto dizer que:

A – Qualquer cidadão, por interesse individual, poderá alterar **INDISCRIMINADAMENTE** as decisões colegiadas do CONSELHO TUTELAR.

B – Qualquer cidadão, por interesse coletivo, poderá solicitar ao Conselho Tutelar que altere a decisão colegiada do CONSELHO TUTELAR.

C – Qualquer pessoa poderá solicitar revisão, junto a administração pública municipal, da decisão colegiada do conselho Tutelar e interferir em sua completa aplicação.

D – Ao destinatário da decisão colegiada pelo CONSELHO TUTELAR, caberá **REQUERER** a **REVISÃO DE DECISÃO**, informando as contra razões que justifiquem a suspensão/revisão e/ou manutenção **JUNTO**



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

AO PODER JUDICIÁRIO. Enquanto aguarda a decisão judicial do requerimento, o cidadão destinatário da decisão do Conselho Tutelar deverá cumpri-la integralmente e imediatamente.

E – Ninguém poderá alterar ou questionar as decisões de colegiado do Conselho Tutelar.

3º CONTEÚDO – LEI MUNICIPAL Nº 5.057/2023

QUESTÃO 11

Escolha a alternativa que completa corretamente a frase abaixo conforme estabelece a Lei Municipal nº 5.057/2023 da cidade de São Joaquim - SC: **“O conselho tutelar é um órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, ...**

A - encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa à Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS.

B - ... encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos do idoso, da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência e não integrante da Administração Pública Municipal, sem vinculação orçamentária e administrativa à Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS.

C - ... encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência e não integrante da Administração Pública Municipal, sem com vinculação orçamentária e administrativa à Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS.

D - ... encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei, e não integram da Administração Pública Municipal, sem com vinculação orçamentária e administrativa à Secretaria Municipal de Ação Social - SMAS.

E - ... encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança, do adolescente, do adulto e do idosos com funções precípuas de execução, supervisão, coordenação e cumprimento das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

Criança e do Adolescente), e não integrante da Administração Pública Municipal, sem vinculação orçamentária e administrativa à Secretaria Municipal de Assistência Social - SMAS.

QUESTÃO 12

Complete a frase com a alternativa correta baseado na Lei Municipal nº 5.057/2023 da cidade de São Joaquim – SC:

“Art. 2º - Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de São Joaquim, ...

A - ... que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.”

B -... que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 02 (quatro) anos, não permitida recondução em novos processos de escolha.”

C -... que será exercida por 07 (sete) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida reconciliação por novos processos de escolha.”

D -... que será exercida por 10 (dez) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, não sendo permitida recondução por novos processos de escolha.”

E – ... que será exercida por 10 (dez) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, proibida recondução por novos processos de escolha.”

QUESTÃO 13

Segundo estabelece a Lei Municipal 5.057/2023 da cidade de São Joaquim – SC, parte das atribuições do coordenador administrativo do conselho Tutelar são:

“Compete ao Coordenador Administrativo do Conselho Tutelar:

I - Coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - Convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - Representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

- IV - Assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;
- V - Zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;
- VI - Participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;
- VII - Participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inciso III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- VIII - Enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;
- IX - Comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;
- X - Encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;
- XI - Encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;
- XII - Submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIII - Encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIV - Prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;
- XV - Exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

ESCOLHA A ALTERNATIVA ABAIXO QUE CORRESPONDE COM A VERDADE:

- A – Somente a atribuições I, IV e V são verdadeiras.
- B – Somente a atribuições IV e V são verdadeiras.
- C – Somente a atribuições III, IV e X são verdadeiras.
- D – Todas as atribuições descritas acima são verdadeiras.
- E – Nenhuma das atribuições descritas acima são verdadeiras.

QUESTÃO 14

Segundo o Art. 35 da Lei Municipal nº 5.057/2023, o **COLEGIADO DO CONSELHO TUTELAR** é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe quais atribuições?

- I - Exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;
- II - Definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;
- III - Organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - Opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;
- V - Organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;
- VI - Propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
- VII - Participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
- VIII - Eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

IX - Destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - Elaborar e modificar o Regimento Interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

XI - Publicar o Regimento Interno do Conselho Tutelar em Diário Oficial ou meio equivalente e afixá-lo em local visível na sede do órgão, bem como encaminhá-lo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao Poder Judiciário e ao Ministério Público.

XII - Encaminhar relatório trimestral ao Conselho Municipal ou do Distrito Federal dos Direitos da Criança e Adolescente, ao Ministério Público e ao juiz da Vara da Infância e da Juventude, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro no Sistema de Informação para Infância e Adolescência - SIPIA.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

RESPONDA AGORA, QUAL DAS OPÇÕES ABAIXO, COMPREENDEM A VERDADE.

A – Todas as atribuições apresentadas na questão 14 estão corretas.

B – Nenhuma das atribuições apresentadas na questão 14 estão corretas.

C – Nem todas as atribuições apresentadas na questão 14 estão corretas.

D – Somente as atribuições I, II, III, IV, V e VI apresentadas na questão 14 estão corretas.

E - Somente as atribuições VII, VIII, IX, X, XI, XII e incisos 1 e 2 apresentadas na questão 14 estão corretas.

QUESTÃO 15

Os artigos abaixo apresentados correspondem integralmente ao que rege a Lei Municipal nº 5.057/2023 na Seção V, Das Responsabilidades?

Art. 38. O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

Art. 39. A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40. A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

A – Todos os artigos citados na questão 15 correspondem integralmente com a lei municipal nº5.057/2023.

B – Nenhum dos artigos citados na questão 15 correspondem integralmente com a lei municipal nº5.057/2023.

C – Somente os art. 39 e art.40 citados na questão 15 correspondem integralmente com a lei municipal nº5.057/2023.

D – Somente os art. 38 e art.40 citados na questão 15 correspondem integralmente com a lei municipal nº5.057/2023.

E - Somente os art. 40 e art. 41 citados na questão 15 correspondem integralmente com a lei municipal nº5.057/2023.

<u>4º CONTEÚDO – CARTILHA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CONSELHO TUTELAR – 2ª EDIÇÃO – 2023</u>

<u>QUESTÃO 16</u>

A CARTILHA DE ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CONSELHO TUTELAR – 2ª EDIÇÃO – ANO 2023 foi elaborada em parceria com diversos órgãos do Estado de Santa Catarina que uniram forças para estudar os assuntos relacionados aos documentos que regem os direitos de crianças e adolescentes no Brasil, escolhendo os temas mais polêmicos para elaborarem as orientações desta Cartilha. Participaram dessa construção o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Santa Catarina (CEDCA), a Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina (FECAM), o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio da sua Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude (CEIJ/TJSC), o Ministério Público de Santa Catarina, por meio do seu Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação (CIJE/MPSC), a Secretaria de Estado da Assistência Social de Santa Catarina, por meio da Diretoria de Direitos Humanos (DIDH SDS/SC), a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ALESC), por meio de sua Comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, e o Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social de Santa Catarina (COEGEMAS/SC).



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

Nas páginas 10 e 11 da Cartilha, a orientação informa que os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) são órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas. O CONANDA define esses Conselhos como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente [...]

Assim como o Conselho Tutelar, o CMDCA é um órgão autônomo, que integra o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e ambos devem atuar de forma articulada e respeitosa, pois, muitas vezes, a esfera de atuação de um acaba encontrando a do outro.

Segundo a CARTILHA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CONSELHO TUTELAR – 2ª EDIÇÃO – 2023, quais as funções do CMDCA diante dos Conselhos Tutelares?

1. abrir e conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;
2. apreciar a proposta do Regimento Interno elaborado e aprovado pelo Conselho Tutelar, podendo propor alterações;
3. promover, ampla e permanentemente, com o Conselho Tutelar, a importância do papel deste órgão na sociedade; e
4. estabelecer, com o Conselho Tutelar, uma política de qualificação profissional permanente dos seus membros, voltada à correta identificação e ao atendimento das demandas inerentes ao órgão.

A – O Item 1. É o único correto.

B - O Item 2. É o único correto.

C – Os itens 1., 2., 3., e 4. Estão corretos.

D - O Item 3. É o único correto.

E - O Item 4. É o único correto.

QUESTÃO 17

Segundo a CARTILHA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CONSELHO TUTELAR – 2ª EDIÇÃO – 2023, nas páginas 24, 25 e 26, sobre “A necessidade de convocação de suplente em férias e licenças” diz que” Por ser um



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

órgão colegiado, é indispensável que sempre haja cinco conselheiros em atuação simultânea, em cada Conselho Tutelar. Caso o colegiado não esteja com cinco membros ativos, suas decisões não têm legitimidade.”

Nos casos de férias e licenças de seus conselheiros(as), escolha qual a orientação proposta pela cartilha?

A – Por isso, o Conselho Tutelar não deve comunicar o período de férias e licenças de seus conselheiros(as) à Administração Municipal.

B – Por isso, o Conselho Tutelar não precisa comunicar o período de férias de seus conselheiros(as) à Administração Municipal com antecedência.

C – Por isso, o Conselho Tutelar deve comunicar o período de férias e licenças de seus conselheiros(as) à Administração Municipal imediatamente, no dia do afastamento, já que a Administração não precisa chamar o suplente a tempo.

D - Por isso, o Conselho Tutelar deve comunicar somente sobre o período de férias de seus conselheiros(as) à Administração Municipal, sempre que possível, com antecedência. Para que a Administração possa chamar o suplente a tempo, a antecedência mínima sugerida é de 02 (dois) dias.

E - Por isso, o Conselho Tutelar deve comunicar o período de férias e licenças de seus conselheiros(as) à Administração Municipal, sempre que possível, com antecedência. Para que a Administração possa chamar o suplente a tempo, a antecedência mínima sugerida é de 60 (sessenta) dias.

QUESTÃO 18

Segundo a CARTILHA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CONSELHO TUTELAR – 2ª EDIÇÃO – 2023, o procedimento disciplinar por fatos ocorridos durante mandato ou em mandato anterior para apurar determinada conduta de membro do Conselho Tutelar, devem ser observados:

- a Resolução n. 231/2022 do CONANDA;
- a lei municipal que estipula os direitos, deveres e penalidades aplicáveis aos conselheiros;
- a lei municipal que regula o procedimento administrativo disciplinar; e
- o Regimento Interno do Conselho Tutelar.



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

Eventualmente, a legislação municipal e o Regimento Interno do Conselho Tutelar podem não regulamentar a atuação do membro do órgão. Nesse caso, a lei municipal dos servidores públicos pode ser utilizada, inclusive quanto à competência para instaurar e presidir o procedimento administrativo disciplinar. Há jurisprudência para aplicar ao conselheiro tutelar as regras previstas para os demais servidores públicos nessa situação. O CONANDA dispõe sobre deveres e proibições dos membros do Conselho Tutelar, assim como fala sobre o processo de cassação e vacância do mandato.

Sobre este tema, na página 30, identifique abaixo em que hipótese, exemplo ou situação a conselheira ou conselheiro tutelar pode perder seu mandato?

A – “por exemplo, se atestar sua idoneidade moral. Essa qualidade é requisito para a candidatura ao Conselho Tutelar.”

B – “por exemplo, se atuar de forma que não comprometa sua idoneidade moral. Essa qualidade é requisito para a candidatura ao Conselho Tutelar.”

C – “por exemplo, se for acusada por algum ato que não comprometa sua idoneidade moral. Essa qualidade é requisito para a candidatura ao Conselho Tutelar.”

D – “por exemplo, se praticar ato que comprometa sua idoneidade moral. Essa qualidade é requisito para a candidatura ao Conselho Tutelar.”

E – “por exemplo, mantendo sua idoneidade moral. Essa qualidade é requisito para a candidatura ao Conselho Tutelar.”

QUESTÃO 19

Segundo a CARTILHA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CONSELHO TUTELAR – 2ª EDIÇÃO – 2023, do acionamento do Conselho Tutelar nas apreensões de adolescentes, a presença do Conselho Tutelar não é necessária em todas as apreensões de adolescente em flagrante por prática de ato infracional. O órgão não está entre aqueles que devem ser comunicados da apreensão. Sua presença é, como já esclarecido, uma exceção, apenas quando a aplicação imediata de medida de proteção for necessária. Por outro lado, nada impede que o Conselho Tutelar esteja presente nas apreensões para garantir proteção aos direitos dos adolescentes. Para isso, é importante que a decisão seja tomada de forma autônoma por seu órgão colegiado. O Juízo, o Ministério Público ou a autoridade policial jamais podem impor essa prática permanente ao Conselho Tutelar. Sendo assim, o Conselho Tutelar deve acompanhar a apuração de ato infracional quando...?



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

A – ...não houver violação dos direitos do adolescente. É o caso, por exemplo, quando os pais ou responsáveis não são localizados pela autoridade policial, porém não desejam acompanhá-lo, estando o adolescente, no momento em que for liberado, em verdadeira situação de rua.

B – ...houver garantia dos direitos do adolescente. É o caso, por exemplo, quando os pais ou responsáveis são localizados pela autoridade policial, porém não desejam acompanhá-lo, estando o adolescente, no momento em que for liberado, em verdadeira situação de rua.

C – ...houver dúvida dos direitos do adolescente. É o caso, por exemplo, quando os pais ou responsáveis são localizados pela autoridade policial, porém não desejam acompanhá-lo, estando o adolescente, no momento em que for liberado, em verdadeira situação de rua.

D – ...houver vantagem dos direitos do adolescente. É o caso, por exemplo, quando os pais ou responsáveis são localizados pela autoridade policial, porém não desejam acompanhá-lo, estando o adolescente, no momento em que for liberado, em verdadeira situação de rua.

E – ...houver violação dos direitos do adolescente. É o caso, por exemplo, quando os pais ou responsáveis não são localizados pela autoridade policial, estando o adolescente, no momento em que for liberado, em verdadeira situação de rua.

QUESTÃO 20

Segundo a CARTILHA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CONSELHO TUTELAR – 2ª EDIÇÃO – 2023, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) reafirma a natureza pedagógica das medidas socioeducativas impostas pelo Estatuto. O atendimento socioeducativo deve ter como princípio os direitos humanos, e o adolescente, a família, a sociedade e o Estado compartilham as responsabilidades. Conforme o SINASE, adolescentes envolvidos em atos infracionais permanecem com seus direitos garantidos. Por isso, as medidas socioeducativas devem estar integradas às políticas públicas de saúde, educação, assistência social e outras. O Departamento de Administração Socioeducativa (DEASE) de Santa Catarina dispõe de plantão 24 horas para a solicitação de vagas no Sistema Socioeducativo de meio fechado⁶⁸. Caso o Juízo decida manter o adolescente acusado da prática de ato infracional provisoriamente apreendido, esse serviço dispensa a atuação do Conselho Tutelar. No entanto, o Conselho Tutelar tem importante papel no atendimento socioeducativo. O órgão é corresponsável pela fiscalização das entidades de atendimento.



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

Representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Conselho Tutelar devem avaliar e acompanhar a gestão socioeducativa. O objetivo é verificar o cumprimento das metas estabelecidas nos Planos de Atendimento Socioeducativos.

Em síntese, o Conselho Tutelar atua, junto ao adolescente em conflito com a lei, quando há...?

- A – 1. efetivação de direitos; 2. sem suspeita de abuso de poder na apuração de ato infracional.
- B – 1. garantia de direitos; 2. sem suspeita de abuso de poder na apuração de ato infracional.
- C – 1. ameaça e/ou violação de direitos; 2. suspeita de abuso de poder na apuração de ato infracional.
- D – 1. negligência de direitos; 2. sem suspeita de abuso de poder na apuração de ato infracional.
- E - 1. oferta de direitos; 2. sem suspeita de abuso de poder na apuração de ato infracional.

5º CONTEÚDO – INFORMÁTICA BÁSICA

QUESTÃO 21

Qual os primeiros passos que devemos proceder quando vamos iniciar algum trabalho do Conselho Tutelar num computador que esteja desligado?

- A – Apertar o botão F11;
- B – Apertar simultaneamente os botões Ctrl+Alt+Delete;
- C – Apertar o botão POWER - LIGA - DESLIGA;
- D – Apertar o botão Shift;
- E – Apertar o botão ESC;

QUESTÃO 22

Para acessarmos o SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA A INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA – MÓDULO CONSELHO TUTELAR – SIPIA CT, em um computador previamente ligado dentro da sala de atendimento do Conselho Tutelar, precisaremos que o computador esteja conectado à rede de internet com ou sem fio para então digitarmos no navegador de internet o seguinte endereço...

- A – ... <https://www.sinase.gov.br>
- B – ... <https://www.sispe.gov.br>
- C – ... <https://www.sipia.gov.br>
- D – ... <https://www.siscom.gov.br>

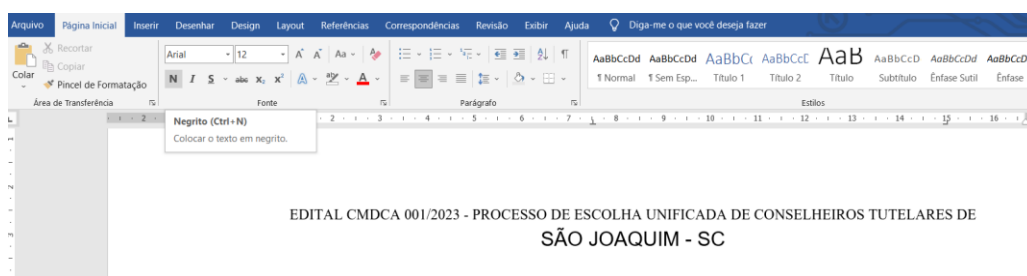


EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

E – ... <https://www.sine.gov.br>

QUESTÃO 23

Tem-se a seguinte imagem, do Microsoft Word, em sua configuração original, exibida parcialmente, com um texto digitado e o cursor está posicionado em cima do botão Negrito. Se o usuário clicar nos ícones Negrito e Itálico para continuar ditando, as palavras do texto estarão formatadas de que maneira?



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE
SÃO JOAQUIM - SC

- A – Nenhuma formatação.
- B – Sublinhado e Negrito.
- C – Apenas negrito.
- D – Apenas Itálico.
- E – Negrito e Itálico.

QUESTÃO 24

Para acessar a página do SISTEMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS da imagem abaixo é necessário utilizar uma ferramenta de pesquisa para achar o endereço do site. Qual o endereço eletrônico do site apresentado na imagem?



Sistema Nacional de Direitos Humanos

O Sistema Nacional de Direitos Humanos – SNDH reúne, em um mesmo Sistema, as políticas do Ministério destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como as iniciativas cuja implementação depende primeiramente de adesão ou inscrição dos entes do setor privado.

SNDH Pessoa Física: Atendimento aos cidadãos em situação de violência, ameaçados de morte e com direitos violados

- **Sistema de Informação para a Infância e a Adolescência, módulo Conselho Tutelar – SIPIA-CT:** Sistema de gestão de dados realizados pelos Conselhos Tutelares. É destinado aos conselheiros tutelares de todo o Brasil.



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

A – <https://sipia.com.br>

B - <https://conselho.tutelar.com.br>

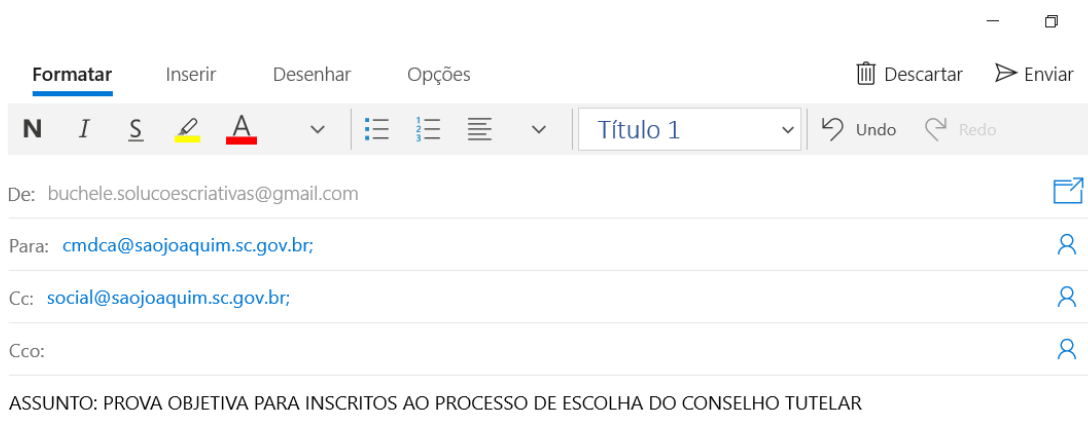
C - <https://sistema.com.br>

D – <https://sipia.sistema.com.br>

E - <https://sndh.mdh.gov.br>

QUESTÃO 25

Por e-mail, o cmdca@saojoaquim.sc.gov.br recebeu uma mensagem incompleta de um fornecedor, ao receber a mensagem, identificou que a mensagem foi enviada com cópia a Secretaria Municipal de Assistência Social para seguinte endereço eletrônico ...



BOM DIA

Informamos que

Assinale a alternativa correta:

A – Buchele.solucoescriativas@gmail.com

B – social@saojoaquim.sc.gov.br

C – Buchele.solucoes@saojoaquim.gov.br

D – buchele.solucoescriativas@gmail.com

E – SOCIAL@saojoaquim.sc.com.br

FIM



EDITAL CMDCA 001/2023 - PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADA DE CONSELHEIROS TUTELARES DE SÃO JOAQUIM - SC

FRASE DE SEGURANÇA - Copie esta frase de segurança no local indicado do CARTÃO RESPOSTA da prova.

"Parabéns aos conselheiros tutelares, que em meio as dificuldades, fazem valer os direitos das crianças e adolescentes. Preservando o direito de crianças e adolescentes, construímos um futuro melhor! Desejamos sucesso aos futuros conselheiros tutelares do Brasil!"

RASCUNHO DAS RESPOSTAS

RASCUNHO DE RESPOSTAS	A	B	C	D	E	RASCUNHO DE RESPOSTAS	A	B	C	D	E
<u>LEI FEDERAL Nº 8.069/1990 – ECA</u>						<u>RESOLUÇÃO CONANDA Nº 231/2023</u>					
QUESTÃO 1						QUESTÃO 6					
QUESTÃO 2						QUESTÃO 7					
QUESTÃO 3						QUESTÃO 8					
QUESTÃO 4						QUESTÃO 9					
QUESTÃO 5						QUESTÃO 10					
RASCUNHO DE RESPOSTAS	A	B	C	D	E	RASCUNHO DE RESPOSTAS	A	B	C	D	E
<u>LEI MUNICIPAL Nº 5.057/2023</u>						<u>CARTILHA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA DO CONSELHO TUTELAR – 2ª EDIÇÃO – 2023</u>					
QUESTÃO 11						QUESTÃO 16					
QUESTÃO 12						QUESTÃO 17					
QUESTÃO 13						QUESTÃO 18					
QUESTÃO 14						QUESTÃO 19					
QUESTÃO 15						QUESTÃO 20					
RASCUNHO DE RESPOSTAS	A	B	C	D	E	<p style="text-align: center;"><u>OBSERVAÇÃO</u></p> <p>PREENCHA ESTA FOLHA E AO FINAL DA PROVA A LEVE PARA CASA.</p> <p>QUANDO O GABARITO FOR DIVULGADO, VOCÊ PODERÁ CONFERIR SUAS RESPOSTAS.</p> <p>CASO DESEJE REQUERER INTERPOSIÇÃO DE RECURSO, UTILIZE A OLHA DE COR ROSA.</p> <p>DESEJAMOS BOA SORTE!!!</p>					
<u>INFORMÁTICA BÁSICA</u>											
QUESTÃO 21											
QUESTÃO 22											
QUESTÃO 23											
QUESTÃO 24											
QUESTÃO 25											